



Câmara Municipal de São Caetano do Sul

Senhor Presidente,

INDICAMOS AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, nos termos regimentais, que se digne determinar à SECRETARIA COMPETENTE, **estudos no sentido de criar um programa de “moeda social” no município de São Caetano do Sul, concedendo o benefício no valor de no mínimo R\$ 100,00, em moeda digital, a serem utilizados para compra de produtos de primeira necessidade nos estabelecimentos comerciais credenciados nesta cidade.**

A medida visa beneficiar a população de baixa renda de nosso município, além de funcionar como importante meio de fomento ao comércio local.

A “moeda social” já é realidade em muitos municípios brasileiros e representa casos de extremo sucesso no apoio governamental à população considerada de baixa renda que poderá, com o valor concedido, complementar a sua renda e, de certa forma, contribuir com o aumento de sua qualidade de vida.

Em nosso município, em épocas anteriores, já existiram programas semelhantes como o “Mais Alimento” e o “Mais



Câmara Municipal de São Caetano do Sul

medicamento”, que representaram importantes mecanismos de promoção social.

Como exemplo, segue importante matéria jornalística a respeito do assunto:

Fonte: <https://valorinveste.globo.com/produtos/servicos-financeiros/noticia/2022/05/17/sai-o-real-entra-a-moeda-social-economia-solidaria-e-a-posta-para-enfrentar-desigualdade.ghtml>

"Sai o real, entra a moeda social: economia solidária é aposta para enfrentar desigualdade Municípios do Brasil recorrem à criação de suas próprias moedas sociais, que, apesar de ser um projeto antigo no país, só ganhou força recentemente, para democratizar o acesso aos serviços financeiros, promover a inclusão social e combater a pobreza. Em um país amargurado pela desigualdade social escancarada nas grandes e pequenas cidades brasileiras, cabe à gestão pública assegurar os direitos da população, sobretudo da parcela em situação de vulnerabilidade. No entanto, como os programas implementados pelo governo federal não são suficientes na prática, os municípios buscam formas de fomentar a economia local para, assim, gerar emprego e garantir renda aos moradores. Uma delas é a utilização da moeda social, que existe há mais de 20 anos no Brasil, mas só começou a ganhar força recentemente.

Poucas pessoas sabem, mas hoje são 150 moedas sociais que circulam simultaneamente com o real em diversos municípios do país. Vale ressaltar aqui que o fundamento básico para a utilização da moeda social diz respeito ao fato de que ela só é válida nos territórios que a implementam com o objetivo de estimular a produção e o consumo local. Além disso, apesar de serem lastreadas em reais, as moedas sociais não são emitidas pela Casa da Moeda, mas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). Outra curiosidade é que os bancos comunitários também oferecem



Câmara Municipal de São Caetano do Sul

empréstimos em moeda social para os moradores das comunidades que não têm acesso aos serviços prestados pelos bancos tradicionais.

Ainda que a primeira moeda social tenha sido criada lá atrás, em 1998, o fenômeno só começou a ganhar escala no Brasil a partir de 2015, após aprovação da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e regulamentação nº 4.282, no qual o Banco Central (BC) estabelece as diretrizes que devem ser observadas na supervisão das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

Foi em 2015 que a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que já atuava como um guarda-chuva de todos os bancos comunitários do Brasil desde 2007, criou a plataforma digital E-dinheiro, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que funciona como uma fintech. Desde então, as moedas sociais, além de existirem em formato de cartão físico, também passaram a ser digitais.

Assim, com o processo de modernização para o mundo virtual, os bancos comunitários passaram a funcionar como um arranjo de pagamento pré-pago de propósito limitado aos olhos do Banco Central. Na prática, vale a mesma regra que regula o cartão das Casas Bahia e da Riachuelo, por exemplo. Portanto, esses bancos não podem oferecer serviços como poupança e aplicações financeiras, apenas conta corrente, pagamentos e, em alguns casos, empréstimos.

Vantagens

Além de proporcionar a inclusão financeira e bancária, bem como a democratização do acesso ao crédito, os bancos comunitários também são responsáveis por gerar e distribuir riqueza aos municípios. Isso porque as moedas sociais, uma vez que circulam apenas em um determinado território, impulsionam a produção e fomentam o comércio da região.

Para tornar o processo autossustentável, é cobrada uma taxa em cima do comerciante toda vez que uma pessoa compra

Câmara Municipal de São Caetano do Sul

algum produto com o cartão ou o aplicativo do banco comunitário. Assim, o dinheiro que volta para o banco é utilizado para fazer crédito, por meio da moeda social, com o objetivo de estimular a economia local.

No Brasil existem, basicamente, dois tipos de banco comunitário: o que nasce pequeno, a partir da união de forças da própria comunidade, e aquele criado com base em uma lei municipal. No fim das contas, ambos seguem a mesma metodologia e estratégia, mas a maneira como se desenvolvem acaba sendo diferente em razão do investimento alcançado para fazer o sistema funcionar.

Versão raiz

O banco comunitário pioneiro em terras brasileiras é o Banco Palmas, criado em 1998 em uma favela, o Conjunto Palmeiras, localizado em Fortaleza, no Ceará. De origem “raiz”, foi desenvolvido a partir de um mutirão comunitário, no qual os próprios moradores do bairro se uniram para tratar das necessidades básicas da comunidade, como a carência de saneamento básico, postos de saúde e escolas.

Na época, a idealização do movimento partiu de João Joaquim de Melo Neto, responsável por colocar de pé o projeto do banco na região. Ele conta que, no início, recebeu doações de uma ONG cearense e, com o dinheiro arrecadado, construiu, ao lado de voluntários, um canal de drenagem que possibilitou a instalação de energia e água no local.

“Quando terminamos a obra a região ficou um pouco melhor, mas as pessoas começaram a vender os barracos para morar em outros lugares, já que a terra foi criando valor. À medida que os habitantes iam embora porque não tinha trabalho para se sustentar, nós resolvemos criar um projeto que pudesse fazer as pessoas sobreviverem no próprio bairro, que na época tinha 20 mil habitantes”, lembra o criador do Banco Palmas.

Foi neste contexto que a primeira moeda social do



Câmara Municipal de São Caetano do Sul

país foi criada, a Palmas, explica Neto, fabricada em mimeógrafo. Depois de conseguir um empréstimo de R\$ 2 mil com uma ONG, o banco comunitário do Conjunto Palmeiras lançou uma linha de crédito para incentivar a produção e, assim, gerar trabalho e renda aos moradores da comunidade. “Como a moeda só é aceita no próprio bairro, ficou definido que os comerciantes podiam trocar a moeda social por reais no Banco Palmas para conseguir repor o estoque”, acrescenta o idealizador.

Conforme o projeto foi ganhando escala, o banco comunitário passou a receber muitas doações, sobretudo de instituições internacionais, o que possibilitou a criação de empresas locais, como a Palma Fashion, de roupas, a Palma Limpe, de produtos de limpeza, e até a Palma Tour, voltada para o serviço de hotelaria.

“Nós começamos a produzir quase tudo no bairro e o segredo para tornar isso possível foi o empréstimo financeiro para as pessoas usarem a moeda social nas próprias lojas e, dessa forma, fazer a economia circular localmente”, diz.

Atualmente, o Conjunto Palmeiras tem 40 mil habitantes, dos quais 25 mil são clientes do Banco Palmas, que disponibiliza, em média, R\$ 3 milhões em empréstimos e possui 3,5 mil carteiras ativas. As linhas de crédito oferecidas pelo banco, voltadas para produção e moradia, vão de R\$ 50 a R\$ 15 mil. Há também uma modalidade específica para o consumo que vai até R\$ 2 mil em empréstimo.

No que diz respeito aos comércios, ao todo são 350 estabelecimentos que aceitam a moeda social como forma de pagamento. Ainda, para manter o funcionamento do banco, cada transação realizada nas lojas é taxada em 2% e, caso o cliente queira trocar a moeda Palma por reais, ele paga o equivalente a 1% do valor diretamente ao Banco Palmas.

Além de oferecer esses produtos, hoje o Banco Palmas também é operador do programa de crédito do governo do Estado do Ceará, o Ceará Credi, sendo responsável pelo pagamento de cerca de R\$ 100 mil em crédito para microempreendedores individuais



Câmara Municipal de São Caetano do Sul

(MEIs), empreendedores informais, trabalhadores autônomos, desempregados e agricultores familiares.

Lei municipal

Outro exemplo que deu certo no âmbito da implementação da moeda social é o caso do Banco Mumbuca, em Maricá, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Diferentemente da história do Banco Palmas, porém, ele surgiu a partir de uma política pública, por meio da Lei nº 2.448, de junho de 2013, que instituiu o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento.

Movimento que inspira

Seguindo a mesma metodologia do Mumbuca, o município de Niterói, também no Rio de Janeiro, implementou, em janeiro deste ano, a moeda social Araribóia. O projeto, que faz parte do programa de transferência de renda permanente da prefeitura, vai receber um investimento equivalente a R\$ 135 milhões por ano a partir de recursos dos royalties.

Axel Graef, prefeito da cidade, comenta que a região já tinha um programa de renda básica temporária, instituído durante a pandemia, para atender a população que precisava do apoio financeiro para superar o momento de dificuldade.

Na ocasião, a prefeitura fez o cadastramento de trabalhadores informais e pessoas em situação de vulnerabilidade social contempladas pelo Cadastro Único, do governo federal. Tal programa foi mantido até o final do ano passado, quando, como uma forma de dar continuidade a essas políticas sociais de maneira mais duradoura, o município lançou a moeda Araribóia.

Agora, a prefeitura passa os recursos para o Banco Araribóia, que realiza a distribuição do cartão aos beneficiários. Assim como as moedas Palmas e Mumbuca, além do modelo físico, também é possível fazer todas as operações por meio do aplicativo E-Dinheiro.

“A moeda social em si é uma política mais consistente porque gera resultado não só para a pessoa que recebe o cartão, mas também para o comércio local das comunidades”, afirma



Câmara Municipal de São Caetano do Sul

Grael.

Com apenas quatro meses em operação, a moeda Araribóia já beneficia cerca de 31 mil famílias e é aceita em 6,5 mil comércios do município. Em janeiro, quando a moeda social foi lançada, o valor mensal mínimo pago aos beneficiários era fixado em R\$ 90. No entanto, o prefeito sancionou, logo no mês seguinte, uma ampliação do programa que aumentou o benefício para R\$ 250 para uma pessoa solteira e implementou um acréscimo de R\$ 90 para até seis participantes da família.

O prefeito de Niterói diz que o resultado positivo de janeiro foi o que levou à decisão de elevar o valor em tão pouco tempo. Agora, o governo municipal está trabalhando para oferecer linhas de crédito à população contemplada pela moeda social.

Em relação à cobrança de taxa, o modelo de Niterói segue o mesmo do implementado pelo Banco Mumbuca. A taxa de operação para os comerciantes é de 2%, enquanto que, para trocar a moeda Araribóia para o real, a taxa é de 1%. No entanto, durante os primeiros seis dias do mês, a conversão fica isenta. Após a data, é cobrada essa taxa de 1%, ou o lojista pode esperar o próximo mês para converter sem tarifa.

Além de Maricá e Niterói, outros municípios do Rio de Janeiro seguiram o mesmo exemplo e lançaram suas próprias moedas sociais com a missão de promover a inclusão social e combater a pobreza. É o caso de Porciúncula, que criou a moeda Elefantina, bem como Cabo Frio, com a Itajuru, além de Itaboraí, com a Pedra Bonita, e Saquarema, com a implementação da moeda Saquá."

Plenário dos Autonomistas, 28 de fevereiro de 2023.

WELBE CAVALCANTE MACEDO
(WELBE)
VEREADOR